

No pó da estrada

Roseli Esquerdo Lopes

Professora Titular, Programas de Pós-graduação em Educação e em Terapia Ocupacional, Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil

Resumo: Este ensaio sintetiza a descrição e a análise da minha trajetória acadêmica feitas no *Memorial* apresentado ao Departamento de Terapia Ocupacional do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos, por ocasião do Concurso Público para o Cargo de Professor Titular na Área de Terapia Ocupacional, Subárea de Terapia Ocupacional Social, realizado em fevereiro de 2012. Se a noção de “campo científico”, consagrada por Pierre Bourdieu, coloca a claro as delimitações do campo e suas competições constitutivas, pensar um memorial, ou uma autobiografia acadêmica, como instrumento intelectual adequado para saber sobre a formação de um determinado campo científico, pode fazer emergir do pano de fundo de trajetórias singulares o cenário social e histórico onde se tecem. Nesse sentido, apresento a “estrada” percorrida por mim como uma terapeuta ocupacional, docente e pesquisadora brasileira, atuando no estado de São Paulo, nos últimos 32 anos; o meu percurso de buscas e de encontros que têm possibilitado a compreensão de proposições na área de terapia ocupacional e da construção acadêmica da terapia ocupacional social. Para que se possa apreender as terapias ocupacionais que se fazem, concorde-se ou não com seus pressupostos, o debate de ideias e de suas formulações práticas singulares é fundamental. Dessa forma, espera-se contribuir para o entendimento de parte da terapia ocupacional que se faz, se ensina e se pesquisa, atualmente, no Brasil.

Palavras-chave: *Terapia Ocupacional/História, Terapia Ocupacional/Pesquisa e Produção de Conhecimento, Terapia Ocupacional/Tendências, Educação Superior.*

On the road

Abstract: This essay summarizes my academic career and consists of a *Memorial* presented to the Department of Occupational Therapy, which integrates the Center for Biological and Health Sciences, at the Federal University of São Carlos (São Carlos/São Paulo/Brazil), as part of a tendering process for a position of Full Professor of Occupational Therapy, Subarea Social Occupational Therapy, held in February 2012. If the notion of “scientific field”, as defined by Pierre Bourdieu, makes clear, in a generic way, what the demarcations of a field and its constituent competitions should be, writing down a *Memorial* can be thought of as an appropriated intellectual instrument to inquire about the formation of a particular scientific field and may actually provide important insights about the social scenario and history emerging from the background of unique trajectories. In that sense, this paper describes my personal “road” working in the state of São Paulo for the last 32 years as an occupational therapist, lecturer and researcher in Brazil, leading to my contributions to the understanding of propositions in occupational therapy and to the academic construction of social occupational therapy. In order to comprehend the existing occupational therapies – and one may or may not agree with the assumptions made, in each case – the debate of their founding ideas and unique formulations is essential, therefore contributing to the understanding of related actual practices, higher education and research in the area, in our country.

Keywords: *Occupational Therapy/History, Occupational Therapy/Research and Knowledge Production, Occupational Therapy/Tendencies, Higher Education.*

Porque tudo é rio corrente, mesmo...

1 Apresentação

Tornar-me a primeira Professora Titular no Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – DTO/UFSCar não foi algo pelo que esperava em minha trajetória acadêmica, não porque não tenha imaginado essa situação em geral; pelo contrário, como aqueles que compartilham comigo o dia a dia na UFSCar sabem, fui uma das que lutou para que o DTO pudesse ver reconhecido o seu mérito institucional com a existência de uma vaga de Professor Titular entre os seus cargos. Foram alguns anos até essa possibilidade fazer-se concreta. Não éramos muitas a podermos pleitear esse cargo (todas mulheres até aqui), e julgava poder fazê-lo, mais por princípio do que por fato.

Resultou de muito trabalho e discussão no DTO, no ano de 2011, nossa decisão de abrir um concurso na subárea de Terapia Ocupacional Social. Isto tem muito que dizer do nosso percurso. Assim, está intrinsecamente ligada à constituição do campo da Terapia Ocupacional Social no interior da Terapia Ocupacional, colocada como disciplina acadêmica.

Inspira-me aqui a composição que o Prof. Paolo Nosella (2011) faz entre campo e cenário, chamado a discutir a formação do campo da História da Educação. Se a noção de “campo científico”, consagrada por Pierre Bourdieu ao senso comum letrado, permite que se avance nos diálogos acadêmicos, coloca a claro a noção de delimitações do campo e suas competições constitutivas, requerendo o que Nosella chama do “tempero” trazido pela noção de cenário.

Obviamente, assim como o “campo” não é algum espaço (campo de futebol ou arena) preexistente à entrada de seus jogadores (ou lutadores), também “cenário” não é aquela tela de fundo, pintada, que fica atrás dos atores. Campo é a atuação dos pesquisadores que pensam, investigam, debatem, escrevem, falam, interagem conforme normas estabelecidas no âmbito de algum limite temporal e geográfico; cenário é o complexo de atores, palco, *script* que visa a fazer com que o público reviva dramaticamente alguma situação vivida no cotidiano. Ou seja, cenário é, como Luigi Pirandello o entendia, a projeção no palco de algo que acontece na vida real para que o espectador o perceba ao mesmo tempo como algo dado e como possibilidade, isto é, como desafio. A metáfora do campo acentua as

regras do jogo, a luta e a competição entre os participantes; a metáfora do cenário acentua a reprodução dramática da vida real e a relação com o público [...] (NOSELLA, 2011, p.1).

Pensar um memorial, ou uma autobiografia acadêmica, como instrumento intelectual adequado para saber sobre a formação de um determinado campo científico, implica ilustrá-lo na sua concretude individualizada e não apenas:

[...] a partir das determinações político-legais ou dos princípios morais generalizados. Em outras palavras, as autobiografias dos pesquisadores [...] desde que não se reduzam a atos de vaidade, permitem que no pano de fundo de trajetórias singulares os leitores revivam dramaticamente a história [geral] (NOSELLA, 2011, p. 2).

Desse modo, elaborar o meu memorial para prestar aquele concurso levou-me à reconstrução do percurso de uma trajetória profissional que completou, em janeiro de 2012, 32 anos na terapia ocupacional brasileira, no estado de São Paulo.

2 A profissionalização da/na terapia ocupacional

Decidi prestar o vestibular para terapia ocupacional em 1976 e fui para a Universidade de São Paulo (USP) em 1977, integrando o que Elio Gaspari, no quarto volume do seu calhamaço sobre a ditadura militar no Brasil, a “ditadura encurralada”, chama de “*geração da luta pelas liberdades democráticas*” (GASPARI, 2004, p. 408).

Nasciam os novos movimentos sociais que, para além daqueles já tradicionais, especialmente o movimento sindical e de luta pela terra, traziam para a cena a questão das mulheres, dos negros, do agora chamado desenvolvimento sustentável, da vida urbana e sua falta de condições, de forma muito presente nos chamados movimentos populares.

O fim da década de 1970 foi caracterizado, pois, por uma ebulição política em que se abriu o espaço para a participação da população, que passou a se mobilizar e a discutir um grande número de questões, tendo como eixos básicos a democratização, as lutas pelos direitos de cidadania, a contestação do ‘status’ vigente e o correspondente debate das alternativas à ordem econômica, social e política excludente estabelecida pelo regime militar. Organizava-se a sociedade civil em diferentes representações: os sindicatos, os movimentos populares, as instituições religiosas, as associações profissionais, os partidos

políticos começavam a retomar seu espaço na cena brasileira (LOPES, 1999).

É nesse cenário que o processo de profissionalização dos terapeutas ocupacionais, que desde 1969, graças ao AVC (acidente vascular cerebral) do presidente general Costa e Silva, era uma profissão de ‘nível superior’, deu-se com a luta pela criação de Conselhos Profissionais, de cunho governamental, que assumissem a função de regulamentação e fiscalização do exercício profissional, o que de fato aconteceu em 1978, com a criação do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO e, subsequentemente, de Conselhos Regionais.

Nesse contexto, tornou-se também foco de questionamento a supressão permanente, cotidiana, dos direitos dos loucos, sua opressão autoritária nos manicômios. O tema da reforma psiquiátrica no Brasil emergiu como parte do processo de libertação dos doentes mentais. Mas, para além disso, a luta contra a situação desses doentes nas instituições psiquiátricas que, denunciada pela mídia, escandalizou a opinião pública, fazia parte de um sentimento mais geral de revolta contra a supressão, pela força, da vontade dos ‘mais fracos’ – não só loucos, como trabalhadores, desempregados, presos políticos e excluídos de toda a ordem (AMARANTE, 1995).

Organizou-se e fez-se presente o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, que trouxe à luz do dia, entre outras questões, desrespeitos, desumanidades e torturas praticadas no interior do sistema brasileiro de assistência psiquiátrica. Autores como Franco Basaglia, Felix Guattari, Robert Castel, Erving Goffman, Michel Foucault, representantes das correntes de pensamento crítico em saúde mental, exerciam grande influência entre os técnicos da área com suas elaborações teóricas e proposições práticas, das mais variadas formas, inclusive visitando instituições psiquiátricas brasileiras e participando de inúmeros eventos nos grandes centros do país.

Foi emocionante assistir ao Basaglia falando na PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a partir de Gramsci, sobre o pessimismo da razão e o otimismo da prática (BASAGLIA, 1979). Éramos, naqueles idos de 1979, particularmente otimistas.

Crescíamos profissionalmente. Foi o período do primeiro *boom* de cursos de terapia ocupacional e, via ATOB – Associação de Terapeutas Ocupacionais do Brasil, levávamos a luta pela consolidação de uma formação de qualidade, competente técnica e politicamente, por meio da definição de um novo currículo mínimo.

Nos anos de graduação na Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), participamos ativamente do que propunham as reuniões/assembleias do Centro Acadêmico Arnaldo Vieira de Carvalho – o CAAVC. Todavia, o meu interesse, do ponto de vista coletivo, era menos o movimento estudantil como um todo e suas lutas do plano político geral e mais a luta pela qualificação da nossa formação e dos caminhos da fisioterapia, da terapia ocupacional e da fonoaudiologia, cursos “irmãos”, ou igualmente “órfãos”, na FMUSP.

Foi ao lado de uma presidente da área de fisioterapia que assumi, em meados de 1978, a vice-presidência, e depois (1979) a primeira secretaria, do CONUR – Conselho Nacional de Universitários de Reabilitação.

Também em 1979 era intenso o debate em torno das necessidades pós-graduadas nas nossas áreas. Naquele momento, defendíamos uma graduação que precisava se qualificar para realmente oferecer uma formação competente em terapia ocupacional, precisávamos ainda dialogar e convencer que não nos esquadrávamos naquilo que era denominado formação de tecnólogos e suas possíveis carreiras profissionais no Brasil, na época o Projeto Julianelli¹ colocava essa questão na pauta, bem como a já mencionada luta por um currículo mínimo que demonstrasse cabalmente a nossa condição de profissionais de nível superior acadêmico.

Desse modo, a luta pela pós-graduação no seu sentido estrito não era uma bandeira frente às demandas nacionais da terapia ocupacional (e da fisioterapia também), antes havia a luta pela ampliação de vagas para a formação graduada em geral e nas IES – Instituições de Ensino Superior públicas em particular.

3 Terapeuta Ocupacional: Técnico + Político (1980-1982)

Comecei minha vida profissional em março de 1980, seguindo por dois caminhos: um, o da busca do emprego para dar conta da vida material; e outro, o da inscrição e aceite para um curso de especialização na Faculdade de Saúde Pública da USP, Saúde Pública com ênfase em Saúde Mental.

O emprego surgiu na substituição de uma terapeuta ocupacional em licença gestante, que atuava num hospital psiquiátrico privado, em tempo parcial. Foi uma experiência restrita, na qual me deparei com a constatação da deficiente formação recebida na FMUSP e com as dificuldades para a

definição de meu papel profissional. Mas o salário era muito bom.

O curso de especialização, intensivo durante um semestre, entretanto, foi de uma riqueza ímpar. Sociologia da Saúde, Sociologia do Planejamento, Epidemiologia, Saúde Mental e Psiquiatria, Política de Saúde, aproximavam-me de autores como Weber, Marx, Durkheim, Althusser, Poulantzas, Norberto Bobbio, de um lado; de outro, Goffman, Foucault, Thomas Szasz, e ainda Maria Cecília Donnangelo, Paul Singer. Ao mesmo tempo, tinha a oportunidade de conviver com profissionais da Secretaria de Estado da Saúde (SES), de várias categorias, com outras terapeutas ocupacionais recém-formadas, com a igualmente recém-formada psicóloga Vera Paiva e todas as discussões em torno também dos reflexos da luta armada, da ditadura e dos direitos humanos no campo da saúde mental.

Em novembro de 1980, com outras quatro colegas, compus o primeiro grupo de terapeutas ocupacionais contratadas pela SES, por meio de sua Coordenadoria de Saúde Mental, para atuar no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha. É preciso dizer que essa experiência, no nascer dos meus 20 anos, marcou-me de forma irreversível naquilo que aprendi sobre as singularidades humanas, intensidade de sofrimento e necessidade de respeito pelo 'outro' profundamente díspar.

Na experiência do Manicômio Judiciário do estado de São Paulo, foi-nos possível avançar ao nível do trabalho político-institucional, em que o grupo de terapeutas ocupacionais teve um papel destacado no desencadeamento das discussões internas junto aos funcionários sobre a função e o significado daquela instituição.

Colocava-se, nessa fase da minha vida, agora também mãe de uma garotinha de um ano, a Sarah, a necessidade de buscar outros caminhos que me trouxessem, no mínimo, melhores condições de trabalho. Percebia que precisava encontrar uma forma de responder a uma série de questões deixadas vivas em mim após o trabalho no Manicômio Judiciário.

Daí o início, para mim, e também para outros na terapia ocupacional que se pensava, da desconstrução do sentido do saber disciplinar – e, que fique claro, não necessariamente das disciplinas.

Era imprescindível para boa parte daquela geração conhecer o geral, os referenciais macrossociais, para poder desenhar a terapia ocupacional que se almejava, para poder compreender o papel reservado aos técnicos e especialmente aos terapeutas ocupacionais e para decidir com maior autonomia sobre seus caminhos profissionais.

Inscrevia-se a necessidade de um instrumento de entendimento, um referencial teórico que me ajudasse a desvelar as contradições e possibilidades da atuação técnica.

Com o materialismo-histórico, apreendido e recolocado por Antonio Gramsci (1977, 1985, 1987a, b, 1988), pude deslindar os lugares possíveis ao técnico na consolidação do consenso hegemônico em torno da conservação dos interesses da classe social dominante ou na construção de um dissenso contra-hegemônico que buscasse transformar o ordenamento vigente. Mas isto viria um pouco mais adiante.

4 A Docência em Terapia Ocupacional: o início do exercício e da capacitação (1983-1988)

Na procura de outros caminhos profissionais, de melhores condições de trabalho e de possibilidades de estudo, colocou-se, no início de 1983, a opção pela docência. Retornei à FMUSP, como docente, em uma contratação que decorreu de um movimento de intensa mobilização do corpo discente de modo articulado a um grupo de terapeutas ocupacionais do Hospital das Clínicas da FMUSP. Pretendiam uma reestruturação geral do ensino na FMUSP para a área, uma vez que as condições vigentes eram muito precárias, demandando mudanças nos rumos da estrutura e da coordenação do curso, de maneira a possibilitar uma participação maior de alunos e supervisores nas decisões acerca da formação profissional ali praticada, assim como de sua qualificação.

Com minha entrada na Universidade, tive que lidar com uma nova função, a de formar terapeutas ocupacionais.

Havia sentido em minha experiência profissional o total despreparo com que saí da graduação, pensava o ensinar a partir daí. O meu repertório teórico e prático para o exercício profissional foi insuficiente. Era, igualmente, insuficiente para a docência.

Assim, o suporte do grupo de trabalho era vital, porém todos detinham pouca experiência docente, salvo com o exercício da supervisão de estágios profissionais. Portanto, todos nós fomos procurar outros aportes para a tarefa e o caminho, além de cursos e assessorias mais pontuais, era a pós-graduação, o mestrado acadêmico. Começamos, então, a nos aproximar das possibilidades: disciplinas que nos ajudassem na nossa fundamentação teórica,

buscas de programas, a formulação de questões de pesquisa, possíveis orientadores.

Sendo assim, ainda em 1983, demos início à elaboração do nosso primeiro projeto de pesquisa, articulando os temas com os quais nos deparávamos cotidianamente, ou seja, o ensino de terapia ocupacional e a função do profissional na sociedade brasileira.

Foram inúmeros rascunhos, dificuldades metodológicas, ignorâncias bastante básicas; desse ponto de vista, o conhecimento em terapia ocupacional era altamente incipiente no Brasil. Todavia, em fevereiro de 1984, consegui a aprovação de minha primeira proposta de pesquisa, “*Estudo da estrutura curricular do curso de graduação em Terapia Ocupacional da Faculdade Medicina da USP, frente aos seus objetivos educacionais e ao currículo mínimo do MEC*”, uma linha de pesquisa e de trabalho que mantenho até os dias de hoje.

Não teria sido difícil, estando na FMUSP, obter o apoio para uma capacitação no exterior, especialmente nos Estados Unidos, de onde chegavam notícias acerca de algumas possibilidades nessa direção. Se não para todas, pelo menos para uma ou outra colega. Entretanto, isto não fazia sentido para nós, bem como para boa parte dos terapeutas ocupacionais então na docência (bem poucos é verdade). Defendíamos a capacitação desde uma perspectiva crítica, autônoma e brasileira.

Minha opção foi pela procura da interlocução com o campo da educação.

Para nós, naquele momento, a Universidade parecia ter um duplo sentido: de um lado, a produção do consenso hegemônico; de outro, a formação de profissionais, técnicos, intelectuais que “respondessem” a necessidades sociais. Respondiam, sim, à parte dessas necessidades, tomando, ou fazendo crer, demandas particulares como universais.

Essa relação contraditória entre saber acadêmico e demandas sociais, muito, muito, discutida naquela época de militância pela radicalização democrática (pelo menos para alguns, para outros um pouco de democracia política já era suficiente), chegava à relação professor-aluno e às iniciativas em torno de propostas que potencializassem as capacidades de alunos e docentes para o exercício da criticidade e da criatividade.

Minha proposta de trabalho se desenvolvia sobre esses pressupostos e fui me voltando para a formação básica, lidando com os fundamentos históricos e conceituais da terapia ocupacional, com os questionamentos advindos de seu papel profissional. Acreditávamos, firmemente, que a

formação implicava não só na apreensão de técnicas e informações, mas também na elaboração de um conceito de sujeito, de mundo, de organização social e de como se viver na sociedade.

Para aprofundar esse caminho então vislumbrado optei pelo mestrado em educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar).

Para lá fui em 1985. Eram diversos os embates no microcampo científico do PPGE da UFSCar dos anos 1980 (BUFFA, 2005), os clássicos, porém, eram nomes de consenso. Nas referências das disciplinas obrigatórias do PPGE de 1985 e 1986, quando as cursei, estavam autores como: Homero, Hesíodo, Aristóteles, Platão, Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino, Thomas Morus, Bacon e Campanella, Galileu Galilei, Maquiavel, Locke, Comênio, Descartes, Adam Smith, Voltaire, Rousseau, Comte, Marx e Engels, Lênin, Lukács, Gramsci.

Esse percurso de estudo, hoje não mais possível para um programa de mestrado, trouxe-me aquela base almejada, uma base fincada no conhecimento de autores clássicos para as ciências humanas, mas fundamentalmente costurada pelo “*flo rosso*” (NOSELLA, 2011, p. 11) do materialismo-histórico, apreendido e recolocado por Antonio Gramsci.

5 Os últimos tempos na FMUSP e a mudança para São Carlos (1988-1989)

O caminho formal da pesquisa era (e continua sendo) uma questão entre os terapeutas ocupacionais docentes. O questionamento era intenso naquilo que se antevia como um distanciamento do saber aplicado que nos definia, especialmente por conta da inexistência de programas específicos no país. Desse modo, foi relativamente lento entre nós (com relação à fisioterapia, por exemplo, que, igualmente, não contava com programas específicos) o processo de capacitação acadêmica, mesmo quando condições menos difíceis para tanto existiram, especialmente nos poucos cursos públicos que havia (USP-SP, UFSCar, UFMG, UFPE e UEPA).

Nesse contexto, era natural que surgissem entre nós demandas em torno da questão da divulgação de conhecimento, experiências em terapia ocupacional e das necessidades em torno de sua transmissão para além dos espaços da oralidade de encontros, congressos, cursos, aulas. Isso foi intensamente discutido e trabalhado no grupo da FMUSP e, em 1988, demos início à criação da *Revista de Terapia*

Ocupacional da Universidade de São Paulo, que passou a circular em 1990.

Os questionamentos pessoais e profissionais seguiam a passos largos.

Também em 1988 fechei a proposta de dissertação de mestrado: *A formação do terapeuta ocupacional: um trabalhador social na área da saúde*, bem como pude formalizar sua execução sob orientação do Prof. Paolo Nosella. Essa era, então, a tarefa no início de 1989; o grupo de terapia ocupacional da FMUSP concedeu-me um ano de afastamento das atividades didáticas para fazê-la.

Entretanto, algo se movia, foi uma época intensa pessoal e profissionalmente.

Evidenciava-se para mim a falta de disposição para continuar exercendo a docência em terapia ocupacional em uma instituição com a FMUSP, onde as condições materiais deixavam a desejar em vários sentidos, sendo que e o trabalho criativo com o grupo estava se desgastando rapidamente frente ao amadurecimento exigido de todos nós na opção pela vida acadêmica. Todos se questionavam muito sobre seus caminhos de trabalho e o processo de finalização de diversos mestrados trazia isso à tona, de forma exigente para a maioria de nós.

Junto a tudo isso, reencontrei em São Carlos, também em 1988, numa tarde azul de agosto, o colega do IME/USP e do Conselho de Representantes da Associação de Docentes da USP - ADUSP, do qual atuei pela Terapia Ocupacional da FMUSP, Gil Vicente Figueiredo, então docente na UFSCar, e os nossos olhares se prenderam mutuamente desde aquela tarde.

Decidi mudar-me para São Carlos em maio de 1989, demitindo-me da FMUSP.

Alguns outros colegas, pouco tempo depois, também se demitiram. Outros passaram a integrar aquele grupo, que cresceu e continua crescendo, fundamental na história, no presente e, com toda certeza, no futuro da terapia ocupacional no Brasil, onde sempre me senti, e continuo me sentindo, um pouco “em casa”; um grupo com relação ao qual ainda seriam (e continuam sendo) muitas as parcerias, os projetos, o intercâmbio acadêmico e afetivo. As amizades uspianas permaneceram todas, e sou muito grata a todas elas.

6 Em São Carlos e na UFSCar (1989-1991)

Dei andamento à finalização do mestrado, mergulhando nos estudos gramscianos e com relação

ao Estado capitalista no viés monopolista, palco do surgimento da profissão no início do século XX.

Tratava-se, então, de articular essa história à questão das políticas sociais no bojo do Estado capitalista, tomando também como referência a trajetória do Serviço Social. Já naquele momento, antevia que a interlocução com os estudos do campo da assistência social poderia ser bastante frutífera para a terapia ocupacional.

Por aí segui e redigi o texto da dissertação, tomando como fonte a institucionalização da profissão e da formação em terapia ocupacional no Brasil e, partindo da experiência dos anos de docência na FMUSP, a articulação do que poderia vir a ser uma proposta curricular calcada em princípios gramscianos (LOPES, 1991). Parte desse estudo constituiu meus primeiros textos publicados (LOPES, 1990, 1997).

Assim foi para mim, mas diversos estudos que pautaram temas da terapia ocupacional traçaram caminhos semelhantes, entre outras terapeutas ocupacionais no estado de São Paulo, trabalhos de mestrados, textos do fim da década de 1980 ao início da década de 1990.

A conexão com outros campos de saberes foi imprescindível àqueles que tentavam oferecer caminhos de entendimento, quicá, de soluções para problemas/questões com as quais se defrontavam.

Paralelamente ao processo de finalização do mestrado, aprofundi meus diálogos com colegas da UFSCar, passando pelos fundamentos históricos, metodológicos e pela saúde mental na terapia ocupacional.

Ainda em 1989, candidatei-me ao cargo de professora substituta no então Departamento de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – DEFITO da UFSCar. Eram diversas as colegas em licença gestante naquele momento e assumi um contrato temporário para atuar junto à disciplina de Fundamentos Históricos de Terapia Ocupacional, durante o segundo semestre de 1989.

Nesse curto espaço de tempo, pude participar de algumas reuniões nas quais se discutiam os encaminhamentos necessários para a criação dos *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, colaborando com os trabalhos das Profas. Maria Luísa Emmel e Glória Velasco na edição do seu primeiro volume, publicado em 1990.

Foi um período breve, mas intenso, quando convivi ainda com os demais docentes do DEFITO, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, com outros colegas terapeutas ocupacionais que atuavam como docentes substitutos e pude me certificar acerca dos

caminhos a seguir: preparar-me para um possível concurso para a docência efetiva.

Essa oportunidade chegou em 1991.

O concurso aberto foi para a área de disfunção física, com uma vaga, embora soubéssemos de necessidades também na área de ensino de recursos em terapia ocupacional.

Determinada a lutar por essa vaga docente, numa área bem distante daquilo que vinha estudando e ensinando, solicitei ajuda de algumas colegas que atuavam, ensinavam e pesquisavam nesse campo e fiz com elas um programa de estudos, leituras e encontros para discussão da área, que me preparou para as provas.

No início de outubro de 1991 assumi o cargo de Professora Assistente junto ao DEFITO/UFSCar. Levei comigo um pôster enquadrado do filme, *Meu pé esquerdo*² (Figura 1), até agora na minha sala na UFSCar, que trazia significados importantes desse momento para mim, dos desafios que representava ao “Esquerdo” do título e do meu nome, mas, além disso tudo, a força daquele pé esquerdo desenhado com traços largos me inspirava (e continua me inspirado) para a caminhada que viria.

7 Os primeiros anos na UFSCar (1991-1994)

Nesse período (1991-1994), entre as comissões das quais participei na Universidade, destacaria a presidência da Comissão de Reestruturação



Figura 1. “Meu pé esquerdo”. Fonte: Material de divulgação do filme.

Curricular do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar, de março de 1994 a março de 1996.

De fato, a questão curricular e da formação profissional na terapia ocupacional tem sido uma linha de trabalho constante; marca minha trajetória na docência, participando e liderando reflexões, pesquisas e propostas nesse âmbito.

Fruto, em parte, do que foi o PAIUB³ e do seu impacto nas IFES⁴, mas também de um interesse legítimo na melhoria do nosso trabalho, discutíamos os padrões de qualidade mínimos para o ensino na fisioterapia e na terapia ocupacional, e nos articulávamos nacionalmente para tanto, como ocorreu no I Seminário Nacional de Ensino de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, ocorrido em Belo Horizonte, na UFMG.

Foi amplamente discutida a composição e o papel da Comissão de Especialistas de Ensino nas nossas áreas e a necessidade de reivindicarmos uma atuação específica voltada para a qualificação nacional da formação profissional na graduação. As IES públicas tiveram um papel aglutinador dessa discussão e nos seus encaminhamentos, especialmente no que seria a composição dos padrões referenciais mínimos de qualidade que balizariam as avaliações externas a serem feitas.

Finalmente, foi nesses anos, mais propriamente entre 1993 e 1994, que passei a integrar formalmente, como pesquisadora, embora ainda sem o doutorado, dois grupos de pesquisa do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Um, na UFSCar, ligado a todas as atividades de pesquisa desenvolvidas até então, a saber: *Formação e Capacitação em Terapia Ocupacional*, coordenado por Maria Luísa Emmel. O segundo, *Políticas, Ações Sociais, Cultura e Reabilitação*, na USP, coordenado por Fátima Oliver e Denise Barros, viria a aglutinar durante o período que se seguiria, as atividades de pesquisa ligadas a uma outra temática que me era cara, a da correlação entre políticas públicas e terapia ocupacional.

8 Novas perguntas no campo da terapia ocupacional e a pesquisa de doutorado (1995-1999)

Inquietava uma boa parte de nós a questão acerca dos avanços, ou não, na atenção aos grupos populacionais aos quais se volta tradicionalmente a terapia ocupacional, ou seja, os que sofrem transtornos psíquicos e as pessoas com deficiência, e de qual

estaria sendo a participação do terapeuta ocupacional nessa atenção.

Se as reflexões produzidas por muitos de nós partiram de macrorreferenciais e se eles vinham subsidiando nossa prática docente na graduação, nesse momento, colocou-se fortemente o questionamento sobre como esses referenciais, que partiam do geral, poderiam transformar práticas concretas para além do discurso, ou ainda como o entendimento das impossibilidades de mudanças das estruturas determinantes do ordenamento social poderia não nos jogar em um imobilismo esclarecido... Como continuar otimistas nas nossas práticas?

Inspira-me aqui o historiador Carlo Ginzburg (1987) que, no prefácio de *O queijo e os vermes*, pontua a respeito das possibilidades de uma história da cultura popular nos séculos XV e XVI, fazendo um paralelo sobre a *História da Loucura*, de Michel Foucault que, nas palavras de Ginzburg (1987):

[...] com a maior autoridade chamou a atenção sobre as exclusões, as proibições, os limites através dos quais nossa cultura se constituiu historicamente. Mas, observando melhor, percebe-se que [...] para Foucault o que interessa, sobretudo, são os gestos e os critérios da exclusão, os excluídos um pouco menos (p. 22).

Dito de outro modo: o que fazer, como fazer para que os sujeitos concretos com os quais nos defrontamos em nosso dia a dia profissional, os “loucos”, os “deficientes” de toda ordem, as crianças e os adolescentes em situação de risco pessoal e social, os jovens e os idosos pobres, sejam, ou possam almejar ser, sujeitos autônomos, participativos, inseridos?

Tomando essa questão como pressuposto, foi necessária a luta para a transformação dos lugares de exclusão e daí o trabalho de muitos de nós nos processos de busca de desinstitucionalização, amplamente discutidos e trabalhados, igualmente, entre terapeutas ocupacionais (BARROS, GHIRARDI, LOPES, 2002).

Entretanto, a possibilidade de práticas que se fincavam a partir desses processos se dava também na medida da incorporação dos grupos populacionais alvo de nossas ações enquanto sujeitos aos quais se devia buscar ‘cuidar’ numa perspectiva da saúde e da assistência social, derivadas dos direitos do cidadão que eram. Dessa forma, era preciso criar, inventar, construir essa assistência, esses serviços e esses técnicos.

Para tanto, foram primordiais a reforma sanitária brasileira e a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a incorporação da Assistência Social

no âmbito da seguridade social, com a Constituição de 1988.

Saúde como um direito de todos – e todos significa todos, não a maioria, o que implica a atenção a grupos populacionais especiais, como as pessoas com deficiência e as pessoas que sofrem psiquicamente, por exemplo. Assistência Social não como caridade ou filantropia, mas sim como direito de todos os cidadãos à garantia de um mínimo vital em termos de renda, bens e serviços. O acesso a essa atenção à saúde e a bens sociais se operacionaliza a partir da implantação de políticas sociais e de sua “implementação” concreta em serviços e ações.

Assim foi que, no início da década de 1990, assistiu-se a uma importante incorporação dos terapeutas ocupacionais em serviços sociais, especialmente os de saúde, nos municípios que adotaram como diretriz a implantação dos preceitos constitucionais.

Perguntava-me: como atuam os terapeutas ocupacionais? Como fazem a terapia ocupacional que se viabilizava nos anos 1990?

Foi essa uma importante motivação de minha pesquisa de doutorado. De que forma se articulam, no caso da terapia ocupacional, as categorias cidadania, direitos e políticas públicas? Buscando encontrar as respostas, estudei concretamente a experiência do município de São Paulo entre os anos de 1989 e 1996, que resultou em minha tese de doutoramento, *Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional, no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa portadora de deficiência, no município de São Paulo*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP, em fevereiro de 1999, sob orientação do Prof. Pedro Jacobi (LOPES, 1999).

Dado um olhar preocupado com a constituição de ações coletivas nesse campo, acreditava-se que era possível conhecer as alternativas de assistência para lidar com as demandas da população que sofre psiquicamente e dos portadores de deficiência, grupos populacionais excluídos da assistência municipal que, a partir de 1989, passaram a ser alvo de propostas de ações de saúde sistematizadas no interior dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde. Essas novas ações só se tornaram possíveis devido a uma série de fatores, desde a existência de movimentos reivindicatórios da sociedade civil e condições favoráveis do ponto de vista político-conjuntural até questões relacionadas à formação educacional dos recursos humanos necessários à sua execução. Este último aspecto, que me interessava de forma particular, implicava a compreensão da inter-relação

entre a atuação propriamente dita dos profissionais, a produção do saber nas respectivas áreas, o processo de transmissão deste – a educação, formal e informal – e a sua incorporação, na prática, àquela atuação. Disso resultou a decisão pela continuidade na área de educação, agora no doutorado.

No meu estudo particular, em um plano mais geral, a experiência na Prefeitura de São Paulo revelou, de forma muito dura e direta, a magnitude e a complexidade das tarefas envolvidas na luta pela cidadania da maioria da população, da qual a implantação e a consolidação de políticas no campo da saúde mental e da pessoa com deficiência eram um pequeno fragmento.

A questão dos recursos humanos teve importância vital em todo o processo, pois são eles que têm o poder (ou não) de converter as inovações políticas, teoricamente propostas por governantes, em práticas, em melhorias reais a serem disponibilizadas para a população.

Com relação, especificamente, aos terapeutas ocupacionais, temática central nas minhas indagações, foram facilitadores de sua integração com os serviços propostos: sua formação aberta, menos rígida do que a dos demais profissionais da área de saúde, que os tornava mais disponíveis e flexíveis para as intervenções requeridas; seu contato prévio com as populações a serem atendidas, que lhes garantiu um maior grau de conhecimento prático do trabalho a realizar, a par de sensibilizá-los para as lutas pela conquista dos direitos de cidadania por essas populações (o que levou muitos terapeutas ocupacionais a se identificarem, pessoal e politicamente, com as propostas da gestão nessa área); sua experiência anterior com situações que exigissem a habilidade de debater, conviver e agir em equipe, coletivamente; finalmente, a sua capacidade de construir e desconstruir o fazer humano.

Afastada de minhas atividades didáticas e administrativas em 1995 e 1996, retomei-as parcialmente nos dois anos seguintes, no agora Departamento de Terapia Ocupacional – DTO da UFSCar⁵, além disso, participei de duas gestões da diretoria da ADUFSCar, nosso sindicato (1997/1999).

Esse lado militante/acadêmico também continuou sendo exercitado nas questões que na época envolviam as normatizações relativas ao ensino graduado de terapia ocupacional, qual seja: a formulação das diretrizes curriculares nacionais (HAHN; LOPES, 2003).

9 Os caminhos para a continuidade da pesquisa e do ensino em terapia ocupacional

No fim da década de 1990 enfrentávamos a avalanche neoliberal no Brasil.

A crescente vulnerabilidade de grupos e indivíduos em um universo de Estado mínimo, privatizante e de ações focais e seletivas, em uma sociedade que banalizou a palavra cidadania, onde a democracia parecia restrita ao exercício cíclico do voto e, fundamentalmente, com intensas transformações no mundo do trabalho que têm levado à degradação das relações de trabalho e dos sistemas de proteção associados, trouxe uma nova configuração da questão social (CASTEL, 1999; DONZELOT, 1984). Esse processo de transformação das regras sociais tem ocasionado o aparecimento de sujeitos considerados “inválidos conjunturais” (DONZELOT, 1986) ou “sobrantes” (CASTEL, 1997) que desenvolvem “déficits de integração” (no trabalho, moradia, educação, cultura) e sofrem desqualificação, invalidação social e dissolução de vínculos, até ameaças de exclusão com tratamento discriminatório explícitos.

Nesse contexto, formamos, Denise Barros, Sandra Galheigo e eu, no fim de 1998, o *Projeto METUIA*⁶, que se constituiu como um grupo interinstitucional com ações no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão em defesa da cidadania das populações em processos de ruptura das redes sociais de suporte. Éramos, então, docentes de terapia ocupacional de três universidades paulistas: USP, Pontifícia Universidade Católica de Campinas e UFSCar, respectivamente. Desde então, sua proposta tem sido a de desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão em terapia ocupacional social.

Fez parte do que denominamos como o ressurgimento da questão social para os terapeutas ocupacionais (BARROS, LOPES, GALHEIGO, 2002).

Mediante as estratégias pensadas pelo projeto, era central a necessidade de formulações práticas e a reflexão sobre elas, lidando concomitantemente, por meio da extensão universitária, com o ensino e a pesquisa. De um lado, recolocar a terapia ocupacional social como conteúdo na formação profissional; de outro, refletir sobre ações no campo e organizar o avanço do nosso conhecimento técnico.

10 O Laboratório METUIA no DTO/UFSCar: ensino, pesquisa e extensão (1999-2006)

Entre 1999 e 2000 o DTO ampliou seu espaço físico na UFSCar, fruto também da finalização dos processos de doutoramento de diversas colegas. Com isso, ganharam concretude física alguns laboratórios de pesquisa e, entre eles, o de Cidadania, Políticas Públicas e Terapia Ocupacional.

Em 2001, criamos o Programa de Extensão *METUIA*⁷ e o Grupo de Pesquisa *Terapia Ocupacional e Educação no Campo Social*⁸.

Aliando tais atividades ao ensino, passamos a agregar nesse espaço alunos e terapeutas ocupacionais interessados no aprofundamento das reflexões em torno das temáticas tratadas por nós em seminários de estudo e discussão de projetos.

Assim, intensificava-se o trabalho de formação de terapeutas ocupacionais para atuar a partir dos pressupostos da terapia ocupacional social que construíamos.

Nesse período (2004 e 2005) obtivemos dois importantes financiamentos para auxílio à pesquisa: Ações básicas de saúde e a construção do SUS: cidadania, direitos e políticas públicas, junto ao MCT e MS/CNPq, que problematizou, desde uma perspectiva sócio-histórica das políticas de saúde no Brasil, o Programa de Saúde da Família (PSF). Seus objetivos foram discutir a inclusão/exclusão no PSF de demandas comunitárias e daquelas referentes às problemáticas não tradicionalmente acolhidas pela saúde básica, como de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, das pessoas com deficiência ou das pessoas com transtorno mental e, enfocando a ação dos agentes comunitários de saúde (ACS), construir estratégias de sensibilização, formação e/ou reciclagem no campo da atenção àqueles grupos populacionais (LOPES et al., 2012a).

Igualmente em 2004, obtivemos nosso primeiro financiamento para atividade de extensão junto ao Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado às Políticas Públicas – Proext/MEC com o projeto: Rotas Recriadas: Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual Infantojuvenil em Campinas/SP e, em 2005, o segundo: Recriando Caminhos e Construindo Perspectivas: Enfretamento das Violências Urbanas entre Adolescentes e Jovens de Classes Populares. Foram diversos os projetos de extensão no período, sempre contando com apoios

e financiamentos (maiores ou menores) públicos (LOPES; MALFITANO, 2006; LOPES et al., 2006).

Esforçávamo-nos para divulgar nossa produção por meio de artigos e capítulos de livros, material audiovisual, além de palestras e participação em congressos e outros eventos, apresentando e procurando discutir com colegas da área nossos resultados.

Foi um período muito rico e que ofereceu elementos para nosso credenciamento como docente junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar e, de outra feita, criou a necessidade de ampliarmos nossas referências em torno da questão da adolescência e da juventude de grupos populares urbanos no Brasil e preparar nosso pós-doutorado.

11 Outras atividades no DTO/UFSCar (1999-2006)

Terminado o doutorado, as atividades administrativas nos requisitaram novamente; assumi, em agosto de 1999, a Chefia do Departamento de Terapia Ocupacional.

As questões com que tivemos que lidar no período à frente do DTO continuavam girando em torno de melhores condições de ensino e pesquisa (com destaque para espaço físico e equipamentos), agora com foco nas tentativas de agregar nossas atividades de pesquisa e propor um programa de pós-graduação *stricto sensu* na nossa área.

Dentre outras atividades, voltei a integrar a Comissão de Reestruturação Curricular do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar, de setembro de 2002 a fevereiro de 2006. Esse foi um trabalho longo e muito interessante da perspectiva da construção de uma proposta coletiva e, do meu ponto de vista, bastante bem fundamentada, histórica, técnica e politicamente, para nossa área dentro da realidade das IFES no Brasil, que tive a oportunidade de realizar em conjunto com as colegas Michelle Hahn e Glória Velasco, com o apoio de todas as docentes da área de terapia ocupacional da UFSCar.

Por último, neste item, ressalto que, entre junho de 2000 e junho de 2002, integrei, com as colegas Lívia de Castro Magalhães e Lílian Vieira Magalhães, a Comissão de Especialista da Secretaria de Ensino Superior do MEC – Área de Terapia Ocupacional, bem como o Comitê Assessor da Área da Saúde da Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC, de agosto de 2002 ao início de 2004⁹.

O primeiro período não foi uma época fácil para a defesa dos padrões de qualidade no ensino

superior brasileiro, que enfrentava uma época de desregulamentação. Tivemos a oportunidade de levar essa discussão em vários fóruns e de publicar nosso posicionamento a respeito (MAGALHÃES; MAGALHÃES; LOPES, 2001), sempre num diálogo franco com os colegas. Um foco importante do trabalho foi a assessoria demandada pelo Conselho Nacional de Educação, no que tange ao texto que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área (HAHN; LOPES, 2003).

No segundo período, o trabalho foi muito esporádico e restringiu-se a discussões não finalizadas com membros das comissões em torno do instrumento de avaliação de cursos, que havia saído da alçada da SESu e passado para o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

12 O ensino no mestrado e no doutorado: caminhos pelos Fundamentos da Educação (desde 2004)

Logo que terminei meu doutorado, fui chamada a integrar o corpo docente da proposta de um Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar, que o DTO, então, por meio de uma comissão sob coordenação da Profa. Maria Luísa Emmel, finalizou e encaminhou às instâncias superiores da UFSCar, que foi aprovada e apresentada à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior no primeiro semestre de 1999. A proposta, apesar do parecer positivo da Área de Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da CAPES, não conseguiu a recomendação do seu Conselho Técnico Consultivo – CTC/CAPES.

Foi apresentado um recurso que se apoiava na nota recebida pelo parecer da área e argumentava apresentando as especificidades da terapia ocupacional nacionalmente e, ao mesmo tempo, as potencialidades da UFSCar nesse âmbito; potencialidades que dependiam também da existência de um programa de pós-graduação *stricto sensu* para poderem se realizar.

Pessoalmente, investi muito nessa perspectiva entre 1999 e 2001. Tinha plena convicção da nossa capacidade de levar adiante um programa de mestrado acadêmico naquele momento e, paralelamente, obter melhores condições para a produção de conhecimento em terapia ocupacional – uma coisa não viria sem a outra. Acompanhava os esforços e o desenvolvimento do programa da área de fisioterapia na UFSCar e

avaliava o crescimento da pesquisa entre eles como bastante articulada ao programa de mestrado.

O recurso encaminhado não provocou uma revisão da avaliação feita pelo CTC/CAPES, que manteve a não recomendação.

Houve uma reunião de parte dos docentes do DTO que integravam a proposta com a administração superior da UFSCar, o reitor e o pró-reitor de pós-graduação e pesquisa na época, para discutir e avaliar as demandas então colocadas. De um lado, submeter-se à avaliação feita pelo CTC/CAPES e aguardar um momento mais oportuno para reapresentá-la, usando o tempo a nosso favor para melhor nos qualificarmos; de outro, invocar a autonomia universitária e sustentar a implantação do programa, comprometendo a área com a demonstração da capacidade que afirmava possuir ao apresentar a proposta. A argumentação de que não deveríamos fazer tal enfrentamento e investir em melhorar nossa produção para reapresentar futuramente a proposta, em dois ou três anos, convenceu a absoluta maioria dos colegas no DTO. Apesar dos esforços, como havíamos previsto, o coletivo do DTO/UFSCar perdeu mais do que ganhou nessa direção. Foram algumas aposentadorias, demissões para atuar no nascente curso da USP de Ribeirão Preto e energias colocadas em outros projetos durante os anos subsequentes. A proposta só seria retomada, com vigor, em 2008.

No DTO, as colegas passaram a buscar o credenciamento em outros programas e, em 2002, eram três orientando no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar. Foi a partir daí que me convenci a lidar com outras possibilidades de credenciamento e para mim um caminho era o PPGE/UFSCar.

Na minha trajetória de formação, com o mestrado e doutorado na área de educação, a sociologia em geral e a sociologia da educação em particular sempre foram presentes; sendo assim, passei a trabalhar numa proposta de linha de pesquisa que agregasse possibilidades em torno da terapia ocupacional social e da sociologia da educação, por meio dos Fundamentos da Educação, uma das áreas de concentração do PPGE/UFSCar. Tomando como foco a Escola Pública na Educação Brasileira do início dos anos 2000, articulada às temáticas da Cidadania e Políticas Públicas, e da Adolescência e da Juventude de Grupos Populares Urbanos, vislumbrei um caminho para pesquisa e para o ensino em Educação e em Terapia Ocupacional.

Apresentei minha solicitação de credenciamento à área de Fundamentos da Educação do PPGE/

UFSCar no fim do segundo semestre de 2003, passando, em 2004, a orientar alunos de mestrado e a ministrar disciplinas. Tinha consciência de que se tratava de um caminho árduo, que exigiria o esforço contínuo para responder demandas de produção acadêmica próprias do campo da pesquisa em Educação e também para permanecer atuando na docência plena em Terapia Ocupacional, ou seja, com temas e sujeitos a ela relacionados não apenas na graduação, mas no nível da pesquisa e da orientação pós-graduada.

Isto foi plenamente realizado e, em 2006, tão logo cumpridos os critérios para o credenciamento para a orientação também no nível de doutorado do PPGE/UFSCar, produção acadêmica e pelo menos duas orientações de mestrado concluídas, pude solicitá-lo e passar a orientar um primeiro doutorado, no início de 2007¹⁰.

Diante desse quadro, avalio que a proposição de realizar pesquisas tomando como focos a escola pública, a adolescência e a juventude de grupos populares urbanos vem sendo cumprida e, além disso, que trabalhos sobre a formação profissional em saúde vieram adensar os caminhos do ensino em Educação e em Terapia Ocupacional.

Estar no PPGE/UFSCar também me levou a ser chamada para atuar como assessora *ad hoc* de diversos periódicos do campo da educação ou que com ele fazem interface.

Por fim, menciono a fundação do Núcleo UFSCar do HISTEDBR – História, Sociedade e Educação no Brasil, no fim de 2004, um coletivo nacional de pesquisa que tem articulado a participação de grupos de trabalho da área em vários estados brasileiros. Criado em 1986, é sediado na Faculdade de Educação da UNICAMP e conta com a participação de professores e alunos de mestrado e doutorado, com o objetivo de propiciar o intercâmbio das pesquisas. Um de seus coordenadores nacionais é o Prof. Dermeval Saviani, professor emérito da UNICAMP e fundador do PPGE/UFSCar.

13 Renovando e consolidando interfaces: o pós-doutorado no Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Sociais em Saúde Pública (2007)

O DTO/UFSCar, em meados de 2005, discutindo seu projeto estratégico, elencou, entre suas prioridades, a proposição de um programa de mestrado, aliada ao fortalecimento das linhas de pesquisa de seus

docentes. Naquele momento, todos os professores efetivos eram doutores, mas nenhum havia ainda realizado estágio pós-doutoral.

Nosso interesse de pesquisa envolvia a compreensão de como as políticas sociais podem se tornar instrumentos de ampliação, quiçá universalização, de direitos no âmbito da cidadania e criar um padrão de proteção social diferenciado que passe a intervir diretamente na vida cotidiana; lidávamos, igualmente, com o estudo das contribuições trazidas pelos serviços e/ou equipamentos, bem como pelos técnicos que neles atuam, que têm desenvolvido a atenção prevista por essas políticas. Desde 1999, com o término do doutorado e com a criação do METUIA, tínhamos como um importante foco do nosso trabalho as políticas sociais voltadas para a adolescência e juventude, nas quais a escola ocupa um espaço fundamental.

As categorias que nos parametrizavam (e assim continuam) eram: Estado, Políticas Públicas, Políticas Sociais e Cidadania. No trato do material que vinha sendo trazido pelos resultados das pesquisas em desenvolvimento, tais categorias e conceitos correlatos não vinham sendo suficientes para uma adequada apreensão do problema da adolescência e da juventude de grupos populares urbanos no Brasil.

Nesse sentido, entabulamos conversas com pesquisadores da área na USP.

Acabei decidindo por buscar a supervisão do Prof. Rubens Adorno e realizar o estágio pós-doutoral junto ao Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Sociais em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP, com reconhecida experiência na temática em questão, mas também devido à avaliação de que, tendo realizado meu mestrado e doutorado na área de educação, poderia ser interessante o retorno da conversa acadêmica mais diretamente com a área de saúde pública. Uma vez que eu atuava na pós-graduação em educação e, portanto, era chamada a uma reflexão permanente nesse campo, avaliei como tendo outras potencialidades agregadoras para a terapia ocupacional social um plano de trabalho no referido laboratório, que integra o Grupo de Pesquisa Sociedade Contemporânea, Ciências Sociais e Saúde Pública.

Tracei um plano de trabalho no qual pudéssemos nos dedicar, especificamente, à temática da adolescência e juventude como uma categoria de análise a ser aplicada aos resultados de nossas pesquisas, de maneira a aprofundar as interfaces entre a saúde em geral e a terapia ocupacional em particular, a educação e as ciências sociais, notadamente a correlação entre as políticas públicas

no campo da adolescência e da juventude em uma sociedade de risco (BECK, 2010), como a da maior parte das cidades brasileiras.

Submeti esse plano de trabalho (seis meses inicialmente, depois prorrogados por mais dois), para o qual pude contar com o apoio do DTO, que me concedeu afastamento integral para realizá-lo, e a pesquisa propriamente dita a dois editais do CNPq em 2006, candidatando-se tanto para uma bolsa de pós-doutoramento quanto de produtividade em pesquisa. Recebi as duas e optei pela segunda.

Paralelamente, coordenávamos o Programa de Extensão Juventude, Violência e Cidadania em Grupos Populares Urbanos: intervenção coletiva e desenvolvimento social, para o qual obtivemos financiamento do Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado às Políticas Públicas – Proext 2006/2007, da SESu/MEC. Durante o primeiro semestre de 2007, pudemos alavancar e dar alguma sustentação a um trabalho coeso que tem sido reconhecido no campo da escola pública e da ação territorial junto a uma região pobre da periferia da cidade de São Carlos. Foi a partir desse programa que pudemos estabelecer uma parceria com a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, responsável pelos centros comunitários da cidade, com a qual iniciamos um trabalho de construção de propostas para os centros da juventude que seriam implantados em São Carlos em 2008 (LOPES et al., 2008).

De modo importante, pude dedicar-me ao estudo de autores como Ulrich Beck, Anthony Giddens, Richard Sennett, José Machado Pais, Michel Misse, Marília Spósito e Alba Zaluar.

14 Sempre presente: a atuação na organização docente em terapia ocupacional, do ensino à pesquisa

Nossa preocupação com as questões que evoluem a docência em geral, mais especificamente em terapia ocupacional, foi algo constante em nossa trajetória acadêmica.

Estivemos presentes e colaboramos de diferentes maneiras em praticamente todas as edições¹¹ dos Encontros Nacionais de Docentes em Terapia Ocupacional que se realizam a cada dois anos, desde 1986.

Em relação a nossas colaborações, buscamos aliar aquilo que nos movia no cotidiano da docência, ou seja, a sua qualificação num sentido amplo, fosse no

ensino – dos fundamentos à prática profissional, dos conteúdos às metodologias aplicadas, da estrutura curricular às condições materiais e humanas para sua realização, das suas normatizações, desde os padrões internacionais até sua realidade nas IES, às políticas de ensino superior no país –, fosse nos debates em torno das possibilidades de pós-graduação *stricto sensu* na área às condições de financiamento da pesquisa e interlocução da terapia ocupacional, de maneira autônoma, junto aos órgãos de fomento; fosse, ainda, nos debates em torno da nossa organização, dos encontros nacionais de docentes à fundação e direção da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em Terapia Ocupacional – RENETO.

Desde 2006, participo da direção da RENETO, no seu colegiado ampliado durante as gestões 2006/2008 e 2008/2010, exercendo a presidência na gestão 2010/2012, e, de volta ao seu colegiado na atual gestão (2012/2014).

Certamente, esse trabalho, além do diálogo constante com os colegas nos eventos, teve (e continua tendo) repercussões nos temas de nossas pesquisas, além daquelas do mestrado e doutorado que focalizavam também a questão da formação profissional, no nosso empenho na captação de recursos e na organização dos referidos eventos, nas nossas publicações e orientações; igualmente esas atividades repercutiam de volta na nossa conversa com a área, em um movimento que tem se retroalimentado de maneira dinâmica e contínua para nós.

Os desafios postos para a RENETO são diversos e os braços têm sido poucos para fazer funcionar plenamente os seus diversos grupos de trabalho. O associativismo entre os docentes de terapia ocupacional tem sido restrito.

A terapia ocupacional brasileira tem se preocupado com sua representatividade e crescimento nas instituições que certificam a produção do conhecimento acadêmico.

As demandas para a realização de pesquisas e produção científica em terapia ocupacional têm sido crescentes no Brasil. Isso se deve, em parte, ao crescimento de vagas públicas no Ensino Superior, especialmente no sistema federal, na última década, e à existência de programas de pós-graduação *stricto sensu* com linhas de pesquisa específicas integrando a denominada Área 21 da CAPES, órgão que agrega programas de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado nas áreas de Educação Física, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (LOPES et al., 2010).

Nossa capacidade de organização coletiva, somada aos esforços individuais de vários docentes, tem sido

fundamental para ações junto aos órgãos de fomento à pesquisa e à pós-graduação no país.

15 Um Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional na UFSCar (1999-2009)

Em meados do segundo semestre de 2007, quando nos preparávamos para estar à frente do DTO/UFSCar, eu na chefia, e a Profa. Cláudia Martinez na suplência, um grupo de professoras avaliou que talvez pudéssemos voltar a investir num projeto de mestrado acadêmico em terapia ocupacional, colocado em hibernação desde 2001, após os entraves sofridos pelo projeto inicial de 1999, mas sempre presente no horizonte de algumas de nós.

Essa comissão foi formada, inicialmente, pelas docentes Cláudia Martinez, Roseli Lopes, Thelma Matsukura e Maria Luísa Emmel, durante 2008 e, em fevereiro de 2009, acrescida da colega Ana Paula Malfitano, que passou a integrar o quadro docente do DTO.

Num intenso trabalho de construção e revisão contínuas, tivemos aprovada nas instâncias da UFSCar a nossa nova proposta, submetida à Área 21 nos prazos designados para a Apresentação de Propostas de Cursos Novos (APCN) pela Capes, em 2009.

Sua justificativa destacava a inexistência de programas de pós-graduação *stricto sensu* em terapia ocupacional no Brasil, fato que influenciou fortemente a formação de pesquisadores na área em nível nacional e, conseqüentemente, a produção de conhecimento específico no país.

Assim, seus objetivos principais nasciam de demandas presentes no território nacional referentes ao desenvolvimento científico do campo e à necessidade de formação pós-graduada em terapia ocupacional.

Aprovado em outubro de 2009, o Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar (PPGTO) parte da Área de Concentração: Processos de Intervenção em Terapia Ocupacional, a qual pretende que suas investigações contemplem uma perspectiva epistemológica do campo, bem como aspectos intrínsecos das práticas desenvolvidas pela terapia ocupacional.

São duas as suas linhas de pesquisa: Promoção do Desenvolvimento Humano em Contextos da Vida Diária e Redes Sociais e Vulnerabilidade.

Passamos a ministrar disciplinas e a orientar pesquisas de mestrado em terapia ocupacional na UFSCar, a partir de 2010, levando à defesa as primeiras dissertações em terapia ocupacional no Brasil, em conjunto com os demais docentes do PPGTO, em 2012.

Neste nosso primeiro triênio, terão sido 48 alunos no PPGTO/UFSCar, 18 na linha de Redes Sociais e Vulnerabilidade, 5 sob nossa orientação direta e 2 em coorientação. Eu e os demais colegas temos nos empenhado muito para que a avaliação de nosso trabalho pela Área 21 da CAPES seja positiva e estamos otimistas, apesar do intenso trabalho, com o futuro próximo do PPGTO/UFSCar.

16 Sobre o caminho e a continuidade: perspectivas – de 2012 para o futuro

Olhando para as reflexões apresentadas neste Memorial, com mais de 20 anos de trabalho na UFSCar e 28 anos de docência e pesquisa na terapia ocupacional, podemos dizer que: temos produzido reflexões e conhecimento relativos à Terapia Ocupacional Social e à Educação, com ênfase na Sociologia da Educação; temos discutido o papel dos técnicos na atenção territorial e comunitária e na educação formal e não formal; temos lidado com populações em processos de ruptura de redes sociais de suporte; temos nos debruçado sobre as ações e construções da sociedade civil (movimentos sociais, educação popular, educação não formal, organizações não governamentais); temos produzido estudos acerca das políticas sociais; temos nos dedicado à questão do uso de atividades como instrumento de autovalorização e de produção de sentido pessoal e social; temos formado profissionais para atuar no território, em espaços comunitários e em instituições sociais; temos formado terapeutas ocupacionais sociais e educadores (LOPES et al., 2012b).

Quanto a atividades de gestão e participação colegiada, acredito que exercê-las é nosso papel na docência e procurei fazê-lo em toda a minha trajetória; acredito que seja uma forma muito relevante de defender e também de fazer uma universidade de qualidade. Precisamos estar prontos para a gestão, precisamos exercer nosso papel nos colegiados locais e nos superiores, construindo, no cotidiano, relações mais horizontais de decisões.

Esse raciocínio é o mesmo naquilo que concerne às nossas entidades representativas, seja na docência em geral, seja na terapia ocupacional em particular; atuar nesses espaços é requerido pela perspectiva

democrática da construção social. A *ágora*, no seu sentido pleno, só existe com os cidadãos. Assim, precisamos investir mais na perspectiva associativa dos terapeutas ocupacionais, especialmente enquanto nossos estudantes, colocá-la também como uma questão ética; muitas vezes nos ressentimos da falta de ouvidos para as nossas vozes, o que é fato; todavia, são poucos os que tomam a palavra, a partir dos nosso espaços públicos.

O trabalho foi grande, mas os resultados são significativos.

Pensar sobre a minha trajetória com relação à terapia ocupacional levou-me à reflexão de como se articulam, na realidade social, necessidades e ações técnicas; em como, de um lado, sistematizar conhecimento específico e, de outro, a resolução de problemas de indivíduos e/ou grupos populacionais concretos; em como integrar o saber disciplinar e, dentro dele, as metodologias e técnicas da terapia ocupacional, com intervenções que se dão num campo de produção de saberes complexos.

Se a especificidade da terapia ocupacional está na busca de possibilitar/fomentar aos sujeitos maior autonomia, participação e inserção social, como atuar profissionalmente sem avançar do seu núcleo de saber próprio para um campo interdisciplinar, intersetorial e interprofissional? Para mim, articulando, técnica e politicamente, cidadania, universalização de direitos, políticas sociais, radicalização da democracia; poder público; movimentos e participação sociais; trabalho; educação, saúde, justiça; moradia; arte; cultura; lazer. Dito de outra forma: estando no campo social.

Foi assim que adentramos, eu e a terapia ocupacional com a qual dialogo, no século XXI.

Desse modo, não tendo imaginado estar diante de tudo que trouxe e apresentei neste Memorial, por não ter imaginado fazê-lo até a bem pouco tempo atrás, fico satisfeita com o que vejo.

Percebo coerência e sentido; percebo energia e entusiasmo; percebo erros e acertos que promoveram avanços com amadurecimento, diante de tanto trabalho; percebo que fui feliz, que me foi permitido algo que poucos têm: oportunidades para a criação, tempo para estudo e reflexão, tempo para elaboração e construção de projetos que frutificaram, tempo para a convivência com pessoas, colegas e alunos, interessantes, sérias, colaborativas e afetivas. Percebo um futuro que me convida e que me interessa. Percebo que meu tempo investido e vivido neste caminho e que meus esforços para encontrá-lo, desbravá-lo e percorrê-lo resultaram uma trajetória da qual me orgulho, que me deixa tranquila para compartilhá-la com meus familiares, amigos, colegas, alunos, ex-alunos... com os parceiros de buscas tantas.

Eu disse que aquele *pé esquerdo* havia me inspirado. Por aí vou.

Referências

- AMARANTE, P. *Loucos pela vida: trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: SDE/ENSP; Fiocruz, 1995.
- BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 99-100, 2002.
- BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Projeto Metuia – terapia ocupacional no campo social. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 365-369, jul./set. 2002.
- BASAGLIA, F. *Psiquiatria alternativa: contra o pessimismo da razão o otimismo da prática*. Conferências no Brasil. São Paulo: Brasil Debates, 1979.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BUFFA, E. Uma trajetória acadêmica. In: MONARCHA, C.; NÓVOA, A. *História da educação brasileira: formação do campo*. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2005. p. 145-200.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Org.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 1997. p. 15-48.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DONZELOT, J. *L'invention du social: essai sur le déclin des passions politiques*. Paris: Fayard, 1984.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- GASPARI, E. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987a.
- GRAMSCI, A. *Cartas do cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987b.
- GRAMSCI, A. *Escritos políticos*. Lisboa: Seara Nova, 1977. v. I, II, III e IV.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- HAHN, M. S.; LOPES, R. E. Diretrizes para a formação de terapeutas ocupacionais – percursos e perspectivas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 121-139, 2003.
- LOPES, R. E. et al. Educação e saúde: territórios de responsabilidade, comunidade e demandas sociais. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 18-26, jan./mar. 2012a. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-55022012000200003>
- LOPES, R. E. et al. Occupational Therapy professional education and research in the social field. *World Federation*

- of *Occupational Therapists - WFOT Bulletin*, Hong Kong, v. 66, p. 52-57, 2012b.
- LOPES, R. E. et al. Pesquisa em terapia ocupacional: apontamentos acerca dos caminhos acadêmicos no cenário nacional. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 207-214, set./dez. 2010.
- LOPES, R. E. et al. Juventude pobre, violência e cidadania. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 63-76, jul./set. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000300008>
- LOPES, R. E. et al. Terapia ocupacional social e a infância e a juventude pobres: experiências do Núcleo UFSCar do Projeto METUIA. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 5-14, 2006.
- LOPES, R. E. *Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional, no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa portadora de deficiência, no Município de São Paulo*. 1999. 539 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. 2 v.
- LOPES, R. E. A direção que construímos: algumas reflexões sobre a formação do terapeuta ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 27-35, 1997.
- LOPES, R. E. *A formação do terapeuta ocupacional – o currículo: histórico e propostas alternativas*. 1991. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ciências Humanas)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1991.
- LOPES, R. E. Currículo mínimo para terapia ocupacional: uma questão técnico-ideológica. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 33-41, ago. 1990.
- LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. Ação social e intersetorialidade: relato de uma experiência na interface entre saúde, educação e cultura. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu*, v. 10, n. 20, p. 505-515, jul./dez. 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832006000200016>
- MAGALHÃES, L. V.; MAGALHÃES, L. C.; LOPES, R. E. Comissão de Especialistas de Ensino em Terapia Ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, São Paulo, v. 12, n. 1-3, p. i-ii, 2001.
- NOSELLA, P. *História da educação: formação do campo*. Contribuição para o debate. 2011. v. 2. Prelo.

Notas

- ¹ Trata-se de um projeto apresentado pelo médico e deputado do Partido Democrático Social (PDS), Salvador Julianelli, em 1980, que colocava todos os profissionais de saúde subordinados ao médico e previa uma formação profissional mais ligeira.
- ² Para quem não se lembra ou não conhece, o filme dirigido por Jim Sheridan conta a luta do escritor e artista plástico Christy Brown (1932-1981), vivido pelo ator Daniel Day-Lewis, na Irlanda, pela vida e contra o preconceito em torno de pessoas com deficiência, numa época de crise econômica e de grande adversidade sociocultural, quando a carência de recursos técnicos e de conhecimento caracterizava a medicina neurológica. Unindo muito esforço e persistência, vontade de viver e necessidade de se expressar, ele consegue atingir seu principal objetivo, ser visto e tratado com igualdade.
- ³ Em 1993, foi lançado pela gestão federal o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB. Sustentado pelo princípio da adesão voluntária das universidades, trazia à tona a autoavaliação como etapa inicial de um processo que visaria a toda IES e se completava com a avaliação externa. Propunha uma nova forma de relacionamento com o conhecimento e com a formação, apontando a necessidade do diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade. Para alguns estudiosos, embora sua experiência tenha sido curta, uma vez que o apoio do MEC à sua “implementação” foi interrompido no início do governo de Fernando Henrique Cardoso, ofereceu as bases para uma cultura da avaliação nas IES no Brasil.
- ⁴ Instituições Federais de Ensino Superior.
- ⁵ Com o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão tornaram-se evidentes as características e necessidades peculiares a cada área, motivando os docentes de cada uma a empreender uma nova proposição departamental que atendesse à produção, organização, divulgação e reprodução do conhecimento específico. Assim, foi criado, em 1996, o Departamento de Terapia Ocupacional (DTO) e o Departamento de Fisioterapia (DFisio), integrando o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos.
- ⁶ *Metuia*: palavra da língua nativa indígena brasileira, da comunidade bororo, que significa amigo, companheiro.
- ⁷ Programa METUIA – Terapia Ocupacional no Campo Social. ProEx/DTO/UFSCar – Processo nº 23112.000141/2001-15.
- ⁸ Atualmente, denominado *Cidadania, Ação Social, Educação e Terapia Ocupacional*.
- ⁹ Voltamos a integrá-la, agora com a denominação de Comissão Assessora de Avaliação da Área de Terapia Ocupacional do INEP/MEC, no segundo semestre de 2004, para os encaminhamentos de parte do que previa o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, com destaque para as diretrizes do ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes).
- ¹⁰ Até o momento, foram sete dissertações e quatro teses de doutorado defendidas, sob minha orientação no PPGE/UFSCar.
- ¹¹ 1986, em Belo Horizonte; 1988, em São Paulo; 1996, em Recife; 1998, em Gramado; 2000, em Salvador; 2002, em Campo Grande; 2004, em Ribeirão Preto; 2006, em Belo Horizonte; 2008, em São Paulo; 2010 em Curitiba; 2012 no Rio de Janeiro.